

PENSAMENTO OCIDENTAL: DA ÉTICA DA VIRTUDE À ÉTICA DA RAZÃO

Wagner Valdivino Meirelles*
Cristhian Magnus De Marco**

RESUMO

O pensamento ocidental passou por várias etapas de aperfeiçoamento do estudo da ética. Tem em Aristóteles, século IV antes de Cristo, o marco inicial das principais reflexões filosóficas sobre a conduta humana, a vida boa, entendida nessa fase como a virtude da natureza entregue ao homem capaz de exercitá-la e desenvolvê-la com excelência os seus talentos naturais. No pensamento cristão, a ética é sedimentada na fé, na esperança, e no amor divino, capaz de guiar as condutas das pessoas conforme os preceitos teológicos, que representam a vontade perfeita de Deus para com os homens. Já no pensamento kantiano, que é o pensamento moderno do século XVIII, o paradigma da ética é a razão, entendida como o domínio da vontade sobre os desejos naturais. A evolução do pensamento ético ocidental torna-se importante para verificar os fundamentos dos valores e princípios que regem as condutas humanas, que a cada dia se tornam complexas e exigem profunda dedicação filosófica por parte daqueles que debruçam na busca de soluções ideais de boa convivência entre as pessoas, capaz de promover a tolerância e a paz universal, independentemente dos governos e das nações.

Palavras-chave: Ética. Virtude. Razão.

ABSTRACT

Western thought has gone through several steps to improve the study of ethics . Has in Aristotle , fourth century before Christ, the starting point of the main philosophical reflections on human behavior , the good life , understood in this phase as the result of nature given to man to exercise it and develop it with their excellence natural talents . In Christian thought , ethics is sedimented in faith, hope, and love divine , able to guide the conduct of people as the theological precepts , they represent the perfect will of God toward men . You Kantian thought , which is the modern thought of the eighteenth century , the paradigm of ethics is the reason , understood as the mastery of the will over natural desires . The evolution of Western ethical thinking becomes important to check the basis of values and principles that govern human conduct , which every day becomes complex and require deep philosophical commitment by those who pore in finding optimal solutions of good relations between people , able to promote tolerance and universal peace , regardless of governments and nations.

Keywords: Ethics. Virtue. Reason.

* Mestrando em Direitos Fundamentais do Programa de Pós-graduação em Direitos Fundamentais da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC); wagner.meirelles@unoesc.edu.br

** Professor e Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/SC; cristhian.demarco@unoesc.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O estudo da evolução do conceito de ética na cultura ocidental consiste na tarefa enaltecida do pensamento de importantes filósofos da antiguidade grega, do cristianismo, e da modernidade, dos quais não se pode prescindir as suas bases teóricas para a compreensão do pensamento moderno.

A virtude aristotélica é a base do pensamento ocidental, que procurou verificar as condições para que o homem tivesse uma via boa, compreendida como o livre desenvolvimento dos talentos tidos como dons naturais aptos a diferenciar os homens uns dos outros, simplesmente porque na natureza tudo tem uma finalidade previamente definida em razão da ordenação cósmica do universo.

Na filosofia cristã, Deus é o centro das coisas. A felicidade do homem depende do cumprimento do seu papel perante o Deus criador de todo o universo, que não se deixa ver e tocar, mas se revela por meio dos acontecimentos naturais, tendo a fé, a esperança e o amor como fundamentos centrais.

A terceira etapa do presente estudo consiste na exposição do pensamento de Immanuel Kant, filósofo alemão do século XVIII que revolucionou o pensamento moderno ao contrapor-se fundamentadamente aos pensamentos grego e cristão. Para Kant, os dons naturais pensados pelos gregos e o temor a Deus pregado pelos cristãos, não servem de parâmetros para fundamentar a ética moderna, que deve estar livre dos desejos naturais do homem e da servidão divina. O parâmetro ético para Kant é o domínio dos desejos pela vontade, classificados pela razão.

O presente estudo tem como meta primordial expor as principais características do pensamento grego, cristão, e kantiano em relação às explicações filosóficas sobre o que o homem precisa fazer para ter uma vida boa, centrada no modelo de conduta ideal.

Feitas essas observações iniciais, adverte-se que existem outros pensamentos pós-modernos que também são ricos em detalhes e instigantes ao aprofundamento filosófico. porém, não serão analisados neste trabalho devido ao objetivo proposto limitar-se até o período moderno kantiano.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1. DO PENSAMENTO GREGO (ARISTÓTELES)

O pensamento grego possui muita influência no mundo ocidental, principalmente por fornecer importantes bases teóricas para a filosofia e a ciência. Como marco teórico para o presente estudo, parte-se dos ensinamentos daquele que é considerado um dos maiores filósofos da humanidade, Aristóteles (Seymour-Smith, p. 82), cujas bases filosóficas são fundamentais para o entendimento das éticas cristã e moderna (Kant).

O pensamento moral grego tem em Aristóteles o seu principal expoente sobre a ética das virtudes (Ética a Nicômaco). Observa-se que este pensador parte da certeza de que o universo é ordenado, cósmico e finito. Neste universo ordenado, cada coisa tem uma finalidade na natureza, ou seja, a razão de ser das coisas está na sua finalidade (*telus*), havendo uma relação de causalidade. Exemplo: o vento existe para refrescar; a causa do sapo está na finalidade de comer moscas.

Explica-se as coisas a partir da sua finalidade no mundo. No sentido ético do pensamento grego, o estudo inclina-se em identificar o que a vida precisa para ser boa. Segundo Aristóteles, a vida terá sido boa se a pessoa cumpriu com a sua finalidade cósmica, pois, na natureza, não há nada inútil, tudo existe para uma finalidade (Aristóteles, p. 09).

Partindo-se desse pressuposto filosófico, de que na natureza não há nada inútil, para o homem saber se cumpriu com o seu papel cósmico, nada melhor do que ele se conhecer bem, identificando os seus próprios atributos. Para o assunto em questão, o aforismo grego “conhece-te a ti mesmo” é pertinente, pois é a forma que o homem tem de conhecer quais são os seus próprios atributos, características, que o destaca de melhor no mundo, porquanto se pode chamar também de talentos, dons naturais, vocação, ou, na linguagem de Aristóteles, de virtudes (Aristóteles, p. 11).

Para Aristóteles o homem somente viverá bem se descobrir, exercitar, e desenvolver com excelência as suas virtudes, entendidas como uma mensagem cósmica que o direciona para o seu lugar no universo. Do contrário, quando o homem não consegue descobrir quais são as suas virtudes, não terá desempenhado o seu papel cósmico e portanto terá vivido mau por não cumprir com o seu papel no mundo natural (Aristóteles, p. 29).

Nessa perspectiva grega, a dignidade moral é viver bem, de tal modo que haja uma coincidência entre a dignidade moral e o pleno desenvolvimento das próprias virtudes. O fato de o homem não desenvolver as suas virtudes com excelência, pode ser considerado uma afronta ao universo, uma indignidade moral. Nota-se, então, que a preocupação do pensamento grego é com a natureza e não com o outro, o que torna o homem um ser notoriamente individualista.

A moral para o pensamento grego pode ser considerada como uma contemplação da natureza, a maximização das virtudes que a natureza oferece ao homem. Aristóteles presta mais atenção na vida como um todo, e não se dedica ao estudo das condutas individuais. A ética aristotélica é a construção de condições de vida que permitam a exuberância natural de cada um no seu pleno desenvolvimento (Aristóteles, 23).

O lugar onde nós vivemos é finito e organizado, esse é o paradigma aristotélico. As pessoas, os animais, e as plantas já nasceriam destinadas para executar um papel no mundo cósmico, que teria uma ordem para cada um. No caso das pessoas, os talentos são as características que diferenciam umas das outras. Não se fala em igualdade entre pessoas.

2.2 DO PENSAMENTO CRISTÃO

Para os gregos a natureza das coisas é perfeita, pois o universo é finito e ordenado. No pensamento cristão, o que importa não é a ordem das coisas mas o criador dessa ordem, que é DEUS.

Como para os cristãos o que interessa é conhecer Deus, então, necessário se faz mudar o método de conhecimento, pois, ao contrário dos gregos, não dá mais para aplicar o método contemplativo (resultados óbvios), pois Deus não se deixa contemplar, ser visto pelo homem.

O método cristão é dialógico, feito por meio da oração "E tudo o que pedirdes em oração, crendo, o recebereis" (Mateus 21:22), que é a iniciativa de comunicação do homem com o Deus transcendente. Como se trata de um diálogo, Deus se manifesta de forma indireta, por meio das coisas que acontecem no mundo. Nessa situação, o problema que surge é saber se Deus se manifesta por todas as coisas que acontecem, mesmo quando sejam contraditórias entre si (resultados não óbvios) e, ainda, saber quando é que Deus está falando com o homem e qual o significado da mensagem.

A compreensão sobre como Deus se manifesta para o homem é tarefa complexa que exige do intérprete capacidade de entender e revelar o sobrenatural. Mas quem entre os homens seria o legitimado a revelar as mensagens de Deus? Segundo a doutrina cristã, seria aquele escolhido por Deus. Como Deus não se mostra ao homem de forma física, mas por meio de acontecimentos no mundo, identificar quem é o intérprete autorizado a revelar o significado das coisas, é uma atividade de fé (crença) por parte do destinatário dos desígnios de Deus. Nota-se que no pensamento cristão o paradigma é totalmente diferente do grego. O método de estudo não é mais a contemplação, mas a dialógica; o objeto de estudo não é mais a natureza, mas o seu criador (Deus).

A ética para o pensamento grego está ligada à felicidade (*eudaimonia*), à vida boa, à excelência dos talentos. Para o cristão a ética tem a ver com o alinhamento à vontade de Deus, que é o ser supremo que temos que conhecer, e isso não significa que o caminho a seguir seja sempre pautado pela felicidade, ou seja, no pensamento cristão há uma separação entre ética e felicidade. Na ética cristã, propõe-se modelo de conduta que muitas vezes gera sofrimento ao homem, quando no caminho da salvação para a vida boa, a vida eterna. "Tenho-vos dito isto, para que em mim tenhais paz; no mundo tereis aflições, mas tende bom ânimo, eu venci o mundo." (João 16:33)

Assim, é possível que um cristão tenha pautado irretocavelmente toda a sua vida nos preceitos cristãos e passado por sofrimento, que terá sido compensado pela sua crença na felicidade da salvação para a vida eterna.

"O mal e a dor não existem porque Deus os ignora, mas porque Deus os permite operar como formas de redenção da experiência humana. Tarefa inglória seria a

existência da alma se seu percurso não estivesse marcado por um processo contínuo de aprendizado, que só se faz pelo conhecimento do bem e do mal, do justo e do injusto.” (Bittar, p. 196)

Para os gregos nem todas as pessoas têm condições favoráveis para descobrir e exercitar os seus talentos com excelência, o que as tornam diferentes entre si e infelizes; há uma hierarquia entre elas, ou seja, a vida boa para os gregos (desenvolvimento dos talentos) é privilégio para poucos.

A vida boa é o objeto de preocupação dos gregos, o desenvolvimento dos talentos. Criar e estudar modelos de condutas não faz parte da atenção dos gregos. Já para os cristãos, ao contrário, percebe-se preocupação em estabelecer modelos de condutas individuais que estejam de acordo com a vontade de Deus e que de certa forma possibilitem às pessoas, ao final, serem felizes na vida divinal, “Portanto, vede prudentemente como andais, não como néscios, mas como sábios” (Efésios 5:15).

Mais a frente, verificar-se-á que a ética moderna não mais terá como objeto de estudo a felicidade, mas apenas as condutas morais das pessoas, ou seja, o cristianismo terá servido como transição do pensamento grego para o pensamento moderno kantiano.

A conduta individual ganha relevância no estudo da ética cristã, coisa que os gregos não se preocupavam, já que o valor maior para eles está no conjunto da vida, no que ela precisa para ser boa. A ética aristotélica consiste em saber quais são as condições para se ter uma vida boa de modo geral, e não para se ter uma conduta individual boa.

A ética cristã inova ao se preocupar com a conduta individual das pessoas, coisa que não havia no pensamento grego. O pecado, que é transgressão à lei de Deus, é considerado modelo de conduta de baixo valor moral para os cristãos.

A partir do momento em que a conduta individual passa a ter importância para a vida boa, preocupação essa que os gregos não tinham, agora se faz necessário identificar o que uma conduta precisa para ser moralmente aceitável, principalmente porque a liberdade de agir do cristão é fundamental no seu processo de desenvolvimento pessoal de escolhas.

“A liberdade de agir do cristão reside no fato de que, conhecendo a Palavra revelada, não precisa de outra crença senão a crença no ensinamento de Jesus para governar-se a si próprio. Assim, não se ilude com as tentações de acordo com o que pode fazer para melhorar sua condição pessoal e de seu semelhante, vive na carne tendo em vista o que é do espírito. Aí está a liberdade de agir do cristão para além de se considerar que o cristianismo constrange, sufoca, oprime, predetermina, deve-se dizer que liberta a alma para ser conforme a regra cristã. A liberdade está, nesse sentido, em oposição à ideia de determinismo ou seja, de um Deus que predeterminou o destino das almas. O fiel é livre para governar-se a si próprio, e discernir o que deve e o que não deve ser.” (Bittar, p. 193)

Se uma vida boa para os gregos é o pleno desabrochar dos talentos (virtudes), para os cristãos a vida boa também é uma vida virtuosa, porém, nada tendo a ver com o desabro-

char dos talentos, mas com as virtudes cristãs teologais estabelecidas na Fé, na Esperança e no Amor (Bittar, p. 204-205).

A Fé é uma virtude de conhecimento, que tem a ver com o que a pessoa pensa das coisas. Age bem quem tem algum tipo de conhecimento, pois a fé é uma certeza daquilo que se considera verdadeiro. É um tipo de conhecimento específico que não decorre de nenhum tipo de comprovação empírica, matemática, filosófica, que não se presta à demonstração. Toda tentativa de demonstração empírica de Deus é um desvirtuamento da fé. “Ora, a fé é o firme fundamento das coisas que se esperam, e a prova das coisas que se não vêem” (Hebreus 11:1).

A Esperança não é uma certeza, uma virtude de ordem cognitiva, mas um sentimento, um afeto que gera um aumento na expectativa de viver melhor, de alegria. É um ganho de potência que tem na imaginação (ilusão) da pessoa, capaz de produzir felicidade, que, no caso do cristão, é a vida eterna.

O Amor é a consagração da doutrina cristã. Sendo Deus a suma perfeição, toda a sua criação tende a ser imperfeita, para que haja diferenciação de si próprio, pois, do contrário, seria extensão perfeita de si mesmo. O amor cristão é a consagração da humildade de Deus para com o homem, que se afasta da sua criação e permite ao homem agir por si só, por seu livre arbítrio. Portanto, para que o homem pudesse ter o livre arbítrio, foi necessário que Deus, por seu amor, se afastasse da sua criação e aceitasse a imperfeição, o mal, o pecado, que é o fator de separação entre o Deus supremo e o homem pecador.

Para que o homem aja conforme o Amor de Deus é preciso que ele se afaste do mal, abstenendo-se de praticar condutas contrárias à vontade de Deus, tais como menosprezar as boas ações do próximo.

2.3 DO PENSAMENTO MODERNO (IMMANUEL KANT)

A filosofia conserva três preocupações, entender o que significa conhecer (quais são os limites do conhecimento), o que é o belo (beleza), e o que é o comportamento humano (como o homem deveria agir, comportamento moral).

A compreensão do pensamento moral de Kant depende da identificação de duas rupturas importantes, que fazem dele um marco revolucionário no pensamento ocidental, quais sejam: da ideia de que os talentos naturais seriam o critério moral de diferenciação dos homens (pensamento grego), e da ideia de que Deus seria o fundamento ético das condutas humanas (pensamento cristão). Ou seja, antes da moral kantiana o mundo ocidental pautava-se em dois grandes paradigmas morais, o grego e o cristão.

Somente é possível entender Kant se houver uma compreensão do pensamento grego e cristão. A obra de Kant denominada “Fundamentos da Metafísica dos Costumes” abor-

da de forma introdutória os temas relacionados aos limites do conhecimento, da beleza e do comportamento moral. Trata-se de uma espécie de guia feito pelo próprio autor.

Para o pensamento moderno, perspectiva kantiana, obviamente, não é pleno desenvolvimento dos talentos naturais, virtudes, que tornam o homem um ser moralmente digno, mas o uso da razão, entendida como o domínio consciente da vontade sobre os desejos naturais que impulsionam instintivamente o homem, tais como libido, ódio, ganância, piedade.

Como os desejos naturais podem levar o homem à práticas boas ou ruins, Kant entende que somente o uso da boa vontade é que capaz de conferir dignidade moral ao homem, ou seja, o caminho moderno para verificação da dignidade moral do homem é analisar a sua boa vontade e não mais apenas as suas virtudes em si mesmas, entendidas como a busca pelo pleno desenvolvimento dos próprios talentos. A dignidade moral na projeção kantiana dar-se-á pelo bom uso dos talentos, guiados pela boa vontade, que é o domínio pessoal dos desejos. Nesse ponto, observa-se que a dignidade moral na perspectiva de Kant é analisada no momento da tomada de decisão sobre o uso dos talentos e não propriamente nos seus desenvolvimentos naturais. (Kant, p. 22)

Essa nova forma de avaliar a dignidade moral do homem, além de romper com o pensamento aristotélico, produz consequências importantes para o mundo moderno, como reavaliar a ideia moral de trabalho.

No pensamento grego, para o bom desenvolvimento dos talentos, recomenda-se contínuos exercícios, desvinculados de toda e qualquer preocupação com outras atividades que possam desvirtuar o desabrochar das aptidões naturais do homem, ou, em outras palavras, que impeçam o homem de atingir a excelência dos seus talentos.

Mas como nem todos os homens possuem condições favoráveis para apenas exercitar os seus talentos, seja por que precisam conquistar os seus próprios sustentos, seja por que ainda não descobriram por si mesmos quais são as suas aptidões naturais, os homens, no pensamento aristotélico, são considerados naturalmente diferentes e inferiores àqueles que somente exercitam e por isso devem trabalhar para que os homens talentosos possam atingir as suas excelências que a natureza lhes proporcionou.

O trabalho na sociedade grega é visto como uma atividade indigna para os talentosos, e destina-se tão somente aos homens inferiores, considerados incapazes de descobrir e exercitar os seus talentos.

2.3.1 A vontade na moral kantiana

Kant tem por premissa as condutas singularmente consideradas. Uma conduta para ser boa não pode ser inclinada para os desejos de cada um (apetites, pulsões, etc.). Deve haver uma desconfiança profunda da natureza, que dificulta ao homem agir moralmente ético, devendo o homem agir na contramão dos desejos naturais (Kant, p. 23-24).

Também parte da premissa de que o universo não é finito nem organizado, conforme descobrira Copérnico e Galileu Galilei, e que a natureza não pode servir de paradigma para fundamentar as condutas morais das pessoas.

O que tem de mais importante para o homem não é a felicidade (contrariedade ao pensamento utilitarista), mas a capacidade de pensar, argumentar, ponderar e deliberar sobre a própria conduta, de dominar os seus desejos, e isso não é adequado para a busca da felicidade.

Quem tem mais condições de aumentar o prazer e diminuir a dor são os animais irracionais, que agem apenas por instinto. Se o homem tiver como meta apenas a busca pelo prazer (felicidade) terá que dar prevalência aos seus desejos e deixar a razão de lado (Kant, p. 24).

O homem não está naturalmente vocacionado para a felicidade, porque ele não foi feito para isso, pois ele é um ser pensante. O pensamento seria um obstáculo para a busca da felicidade. Tem mais condições de atingir o prazer quem não pensa, ou seja, a técnica utilitarista não seria o paradigma moral kantiano. É possível para o homem agir bem e produzir tristeza e agir mal e produzir felicidade, ou seja, o agir racional nem sempre produzirá felicidade.

A beleza, a coragem, a força física, por si só não são boas. O único atributo do homem que é bom em si mesmo é a boa vontade, não é a felicidade. O que existe de mais fundamental para o homem é o aperfeiçoamento da boa vontade em si mesma (Kant, p. 25).

Vontade é tudo aquilo que o homem faz além do seu instinto; é o uso da razão para viver melhor; é o saber a serviço da vida; é o pensamento utilizado para viver melhor. O homem não vive apenas pelo instinto, basta imaginar como seria a sobrevivência de uma criança recém nascida (Rousseau, p. 172).

Kant não nega o instinto, a pulsão, a inclinação, os desejos, mas afirma que essas características os animais também têm. O que faz o homem diferente dos animais é a vontade. Os animais não controlam os seus instintos, enquanto os homens, pela vontade (razão), conseguem controlar os seus instintos, os seus desejos. A liberdade é fazer o que não se quer (instintos). É agir na contramão dos seus desejos, pois quem não consegue dominar os seus desejos, torna-se escravo deles. Nesse ponto, verifica-se que a razão prática (vontade) se descola da natureza (instintos). A liberdade é a soberania da competência deliberativa do homem sobre as suas próprias inclinações. Ser livre é deliberar contra os desejos.

Na teoria kantiana há uma diferença entre agir por dever e agir segundo o dever, onde se leva em consideração a motivação, o momento da decisão, o motivo moralmente mais elevado.

O agir por dever significa o bom uso da vontade desinteressada em exclusiva satisfação pessoal, de tal maneira que a sua conduta possa se tornar uma lei de tratamento universal entre os homens, ou seja, devo agir da mesma forma que gostaria que outras pes-

soas agissem comigo, independentemente dos resultados. Deve-se viver de tal maneira que a tua vontade pretenda se tornar o princípio que rege o seu comportamento e que também possa reger o comportamento de qualquer um. Tal premissa kantiana demonstra que o mais importante é levar em consideração a intenção do agente, independentemente dos resultados. Nota-se, então, que se está diante de uma teoria intencionalista, da qual o direito penal brasileiro, por exemplo, adotou no estudo da conduta.

O núcleo duro do pensamento kantiano não é exatamente a conduta mas as razões que levaram a pessoa a praticar determinado comportamento (intencionalismo). O critério da boa conduta é a boa razão que está a serviço da existência humana, independentemente dos desejos e dos resultados (consensualismo).

O dever é uma etapa do pensamento moral que se traduz em imperativos (mandamentos) destinados à aplicação do dever a uma situação que toda pessoa precisa observar para que a convivência social seja viável.

Os imperativos podem ser hipotéticos e categóricos. Imperativos hipotéticos são condicionados pelo interesse do homem e não podem se tornar leis universais porque dependem de variáveis, que muitas vezes não solucionam questões para todas as pessoas. No imperativo categórico, o objetivo é criar leis morais capazes de solucionar questões uniformes, independentemente do lugar e das pessoas (universalidade). Trata-se, na verdade, de um princípio muito semelhante ao princípio cristão previsto no novo testamento, “Porque toda a lei se cumpre numa só palavra, nesta: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo” (Gálatas 5:14).

2.3.2 Consequências do pensamento moderno kantiano

Diante das bases filosóficas do pensamento kantiano, modificou-se profundamente a forma de pensar e agir da sociedade, principalmente por apresentar novos valores à ideia de trabalho, igualdade e humanidade, das quais passa-se a expor.

1) Da redefinição da ideia de trabalho

No paradigma kantiano, o trabalho deixa de ser visto como uma atividade destinada exclusivamente aos não talentosos (pensamento grego) e passa a servir de base para uma boa execução de decisões morais, entendidas como o uso racional da vontade sobre os desejos, pois o que importa não é mais os talentos em si mesmos, mas a destinação que lhes é dada na sociedade. Não há, portanto, primazia natural das virtudes que possa servir de sustentação moral para diferenciar pessoas na sociedade, já que o valor moral agora entendido está centrado na boa decisão que o homem dá sobre os seus desejos. O que importa, então, é o trabalho, agora visto como forma do homem atingir a dignidade moral.

O trabalho, no pensamento moderno, é uma redenção para aquele que não foi feliz no desenvolvimento dos seus talentos, antes considerados dádivas da natureza somente para os nobres. A dignidade moral do trabalho agora é universalizada de modo a permitir que todos partam do mesmo pressuposto dignificante, que é o esforço pessoal e a boa vontade na tomada de decisões quanto as suas aptidões, independentemente da sua condição social e se isso lhe trará efetivamente felicidade. O nobre não é afeto ao sofrimento, por isso, não trabalha para não sofrer

2) Da ideia moral de igualdade

No mundo grego não se fala em igualdade, pois esta não faz parte da moral. O que conta para os gregos é a diferença, tendo em vista que os talentos naturais são desigualmente distribuídos entre as pessoas pela natureza. Nessa ótica, percebe-se que a desigualdade natural de talentos é também uma desigualdade moral. Existe, portanto, uma identidade entre o talento (natureza) e a moral, que serve de fundamento para conceder e restringir direitos às pessoas. Assim, no pensamento grego, a desigualdade de natureza é fundamento para a desigualdade moral. Parando-se para pensar um pouco mais, nota-se que tal fundamento discriminatório foi utilizado pelos nazistas alemães na segunda guerra mundial, cujos resultados foram desastrosos para a humanidade.

Na modernidade, houve um descolamento entre a natureza e a ética (que tem por objeto de estudo o comportamento humano no seu dever ser), não havendo uma correspondência entre a distribuição de talentos naturais e a dignidade moral, por isso, alguém pode ser talentoso e indigno ou pouco talentoso e digno, na medida em que todos são iguais no uso da razão. A moral está no uso da razão, onde todos os homens são capacitados para decidir sobre o que fazer com os seus talentos, eis, então, a igualdade moral que não existia no pensamento grego. A igualdade decorre da liberdade que temos para decidir racionalmente sobre o melhor uso dos nossos talentos.

A partir dessa igualdade kantiana, que se torna um atributo da moral, os resultados serão diversos a depender da decisão tomada individualmente, pois o que importa é a intenção e não os resultados. Assim, os talentos se equivalem do ponto de vista moral quando a moral não está nos talentos.

3) O surgimento da ideia de humanidade

A ideia de humanidade surge a partir do novo paradigma moral de Kant, em que o homem percebe que faz parte de um só grupo, que tem a igualdade de agir de acordo com a razão, com a boa vontade, no sentido da conduta compatível com o dever moral. Nesse ponto, como todos nós temos a capacidade de pensar racionalmente, de identificar aquilo que nos é devido fazer, então, todos nós pertencemos ao grupo daqueles que podem deliberar mesmo na contramão da natureza. A vida moral é desatrelada das inclinações naturais

do homem (desejos). O que reúne o homem à humanidade é o fato dele perceber que é livre quanto a sua natureza, de transcender aos seus desejos naturais por meio da razão, tida como o domínio do homem sobre os desejos naturais. (Kant, p. 43)

De certa maneira, a antropologia de Rousseau e a moral de Kant são condições filosóficas para o surgimento da ideia de humanidade, que é única.

2.3.3 Da ruptura de Kant com o pensamento cristão

O pensamento filosófico de Kant se distanciou do ideal cristão no momento em que ele não adota a teologia como fundamento ético, pois Deus é uma questão de fé e não de razão. Fé significa certeza em coisas que não podemos demonstrar ou, como o próprio apóstolo São Paulo diz, Fé “é o firme fundamento nas coisas que não se esperam, e a prova das coisas que se não vêem” (Hebreus 11:1). Assim, ter fé em Deus e ter certeza em coisas que não se pode demonstrar fisicamente.

A ética (o dever ser), ao contrário de fé, é a certeza nas coisas que se pode demonstrar, ou seja, Deus é certeza sem demonstração, e Ética é certeza com demonstração. O fundamento da ética, nesse caminho, não pode ser Deus, porque isso seria uma contradição ao pensamento humanista. Na visão de Kant, não se pode admitir tentativas de demonstração de Deus, que, como já dito, não pode ser provado dentro da razão humana, pois se Deus se deixasse demonstrar, ele deixaria de ser uma questão de fé (Religião nos limites da simples razão, p. 195).

A obediência em Deus, segundo Kant, tem como fundamento a salvação eterna no reino de Deus ou o temor do inferno, tido como um lugar destinado para aqueles que não foram obedientes aos preceitos divinos, ou seja, obedece-se a Deus por esperança ou por temor. Nessa direção, pode-se dizer que o homem age por interesse de se ver bem na vida eterna celestial. (Religião nos limites da simples razão, p. 135), o que contraria a moral kantiana, que é desinteressada de toda e qualquer vantagem.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela felicidade, vida boa, no pensamento grego se dá por meio do desenvolvimento dos talentos naturais, identificados a partir de condições favoráveis que o homem necessita para exercitá-los e tornar-se um nobre apto a atingir a sua excelência no desabrochar da vida. Não há para o homem virtuoso, entendido como aquele que foi privilegiado pela natureza quanto aos seus talentos, motivo para que ele não seja feliz, salvo se não exercer os seus talentos com competência.

Caso a pessoa não atinja a excelência dos seus talentos no decorrer da sua vida, terá descumprido com o seu papel cósmico e demonstrado ser indigno de desfrutar dos prazeres

da vida, por isso, deverá trabalhar para que o nobre consiga exercitar-se com tranquilidade e ter a felicidade que a vida lhe proporcionou, isso, no pensamento grego aristotélico.

A vida boa no pensamento aristotélico não é acessível a todos, mas apenas aos que conseguem exercitá-la com competência. Por esse paradigma, reconhece-se a desigualdade natural entre os homens, chegando-se ao ponto de Aristóteles defender a escravidão como forma de vida destinada aos homens não virtuosos, não talentosos, que estão fadados à infelicidade, pois, não cumpriram com as suas finalidades naturais.

Ao homem, sendo obra prima de Deus, é dada a capacidade divina de decidir pela sua própria vontade, também conhecida como livre arbítrio, conforme se verifica na doutrina teológica cristã. A virtude para o cristianismo está no acatamento dos preceitos de Deus, entendidos como mandamentos de boas condutas a partir do ensinamentos de Jesus Cristo. Quem seguir fielmente os mandamentos divinos, mesmo que para isso tenha que sofrer, terá garantida a sua felicidade no reino do céu. A fé (certeza), a esperança (confiança), e o amor (respeito) são as bases filosóficas do pensamento cristão. Quem cumpre esses preceitos sem olvidar da salvação eterna, cumpre com a sua missão neste mundo e por isso é merecedor do galardão divino.

Na moral kantiana, não é dado ao homem agir com base nos seus desejos, mas dominá-los por meio da razão, vista como a vontade dominante dos instintos. Nessa linha de pensamento, o conceito de liberdade consiste no domínio da vontade sobre os desejos. Quem não consegue dominar os desejos, destes se torna escravo. Portanto, é livre quem consegue fazer o que não quer, ou seja, quem age na contramão dos instintos. O pensamento moderno de Kant rompe com os dois paradigmas anteriores (grego e cristão), tomando como referencial doutrinário a razão, guiada pelo domínio da vontade sobre os desejos.

Destarte, observa-se que outras correntes filosóficas existem para explicar a conduta humana. No entanto, neste estudo apenas o pensamento grego, cristão e kantiano foram levados em consideração, pois são as bases filosóficas de todas as demais, seja pelo aperfeiçoamento delas ou até mesmo pela total discordância.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. tradução: Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco: Poética/ Aristóteles: seleção de textos de José Américo Motta Pessanha*. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (Os pensadores; v.2). Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.D. Ross, p. 09. Disponível em <http://portalgens.com.br/portal/>

BAEZ, Narciso Leandro Xavier; CASSEL, Douglass (orgs.). *A Realização e a Proteção Internacional dos Direitos Humanos Fundamentais: Desafios do Século XXI*. Joaçaba: Ed. UNOESC, 2011.

- BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo – os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. *Curso de Filosofia do Direito*. 8. Edição. São Paulo: Atlas, 2010.
- BÍBLIA ONLINE. Versão João Ferreira de Almeida. Disponível em www.bibliaonline.net.br. Acessado em 26/07/2013.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. 6. Reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 6 ed. rev. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* - 5ª ed. Atlas, 2004.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos*. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- KANT, Immanuel. *Religião nos limites da simples razão*. Tradução: Artur Morão. Covilhã, 2008. Disponível em: www.lusofia.net. Acesso em 28/01/2014.
- MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de Metodologia da pesquisa no direito*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ROUSSEAU, Jean-Jaques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens: precedido de discurso sobre as ciências e as artes*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- SARLET, Ingo Wolfgang (org.). *Dimensões da dignidade: ensaios de filosofia do direito e direito constitucional*. 2. ed. rev. e ampl. - Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2005.
- SEYMOUR-SMITH, Martin. *Os 100 livros que mais influenciaram a humanidade: a história do pensamento dos tempos antigos à atualidade*/Martin Seymour-Smith; tradução: Fausto Wolff. 8. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

